

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

ATA N° 7 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Tarouca, e salão nobre dos Paços do Município, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Rui Manuel da Costa Pereira, coadjuvado pelos membros Anabela de Sousa Campos Santos Carvalho e Carlos Alberto dos Santos Assunção Teixeira, primeiro e segundo secretários, respetivamente.

Estiveram ainda presentes para além dos supramencionados, os seguintes membros:

- Membros eleitos diretamente:

- Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite; António Luís Carrapa Sarmento; Sara Maria Paiva da Guia; João Miguel Oliveira Sarmento; Liliana Luísa Dias Monteiro; Carlos Alberto Moura Cabral; Tiago José Gomes Ildefonso e Pompeu Ventura Sorrilha.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Manuel do Carmo Ferreira; João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira; e Rui Fernando Guedes Raimundo.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra.

Não compareceram os seguintes membros:

- Liliana Matias Soares; Manuel Leite dos Santos; José Manuel Andrade Oliveira e José António Amaro Nunes.

Verificou-se também a presença da Técnica Superior, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2017 - 2021.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por cumprimentar os membros da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, e todos os cidadãos presentes.

Chamou a atenção do público para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento do período de intervenção do público.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

❖ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

❖ Apreciação e votação da ata n° 6 da sessão ordinária de 24.09.2018;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: informações.

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** (continuação)

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

❖ **- PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Discussão e votação das Grandes Opções do Plano, do Orçamento Municipal, e do mapa de pessoal para o ano de 2019;

2. Discussão e votação do pedido de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo até ao montante de € 400.000,00, no período de vigência do orçamento para 2019;

3. Apreciação e votação da proposta de fixação do valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis incidente sobre prédios urbanos, respeitante ao ano de 2018 a liquidar em 2019, e redução desta taxa nos casos de prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo;

4. Apreciação e votação da proposta de 2ª revisão ao orçamento e ao plano de atividades municipais e 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2018;

5. Apreciação e votação da proposta de delegação na Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) das competências deste Município de autoridade municipal de transportes e da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar

6. Apreciação da informação respeitante ao cumprimento da deliberação da Assembleia Municipal de 15.12.2017, sobre os apoios concedidos às Freguesias, no quadro de promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações - período 1/01/2018 a 26/11/2018;

7. Apreciação da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de 13/09/2018 a 27/11/2018

8. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do nº 2 art. 25º da Lei nº 75/2013, de 12.09).

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2º momento)**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 6 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24.09.2018

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número seis da sessão ordinária de vinte e quatro de setembro de dois mil e dezoito, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite leu em voz alta o texto que a seguir se transcreve:

"Ainda acerca da Assembleia Municipal anterior, de acordo com a legislação vigente eu, Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite, no exercício das minhas funções e no usufruto da palavra, quando me foi oportuno, pedi a palavra na sequência da apresentação do Eng.º André Gouveia congratulando, naturalmente, a sua apresentação e, como primeiro eleito do Partido Socialista para o presente órgão municipal, não poderia deixar de tecer comentários acerca do que aqui foi dito em relação ao Partido Socialista, aos seus representantes e ao boletim informativo partidário que foi divulgado por Tarouca e, como se devem recordar, tal comentário foi interrompido pelo Presidente desta Assembleia Municipal.

Tal não é o meu espanto, quando revejo a ata, a qual estamos no presente momento a apreciar e não há qualquer menção a este episódio. Desta forma, venho pelo presente propor a seguinte alteração à ata nº 6 da sessão ordinária de 24.09.2018, na página 37, aguando da minha intervenção a adição da seguinte frase, no final do meu transcrito:

"No momento em que se dirigia à Mesa para comentar o que havia sido proferido em relação ao Partido Socialista e ao boletim informativo deste partido, o membro Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite foi interrompido pelo Senhor Presidente da Mesa, não o deixando terminar a sua intervenção, alegando não serem declarações a prestar naquele momento.""

Não tendo sido apresentadas outras alterações, procedeu-se à votação da ata número seis da sessão ordinária de vinte e quatro de setembro de dois mil e dezoito, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com a introdução da alteração solicitada pelo membro Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite.

Não participou na aprovação da ata o membro João Manuel Santos Félix, por não ter estado presente naquela reunião.

O Senhor Presidente da Assembleia, a propósito, explicou que quando os membros estão a intervir devem cingir as suas intervenções ao tema do respetivo ponto da ordem do dia, tendo sido nesse sentido que, no mencionado momento da intervenção daquele membro durante o primeiro ponto da ordem do dia da última sessão, lhe informou que não podia intervir sobre uma temática que tinha sido abordada no período de antes da ordem do dia.

Aproveitou para solicitar a todos os membros que se esforcem por cingir as suas intervenções aos temas dos pontos da ordem do dia, usando o período de antes da ordem do dia para falar das temáticas livres que entendam oportunas.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:
INFORMAÇÕES

O Senhor Presidente da Assembleia destacou a seguinte correspondência recebida, referindo que a Mesa da Assembleia faz sempre todos os esforços para estar presente nos eventos para que são convidados:

- Associação da Banda Musical de Gouveães - convite para o concerto de lançamento do 2º CD - 4/11;
- convite para a inscrição na sessão sobre Florestas;
- Orquestra Ligeira Fénix - convite para o concerto especial no Teatro Ribeiro Conceição - 10/11;
- Associação Sociocultural de S. João de Tarouca - convite para o magusto/convívio - 11/11;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca - convite para o 29º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança - 20.11;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca - convite para 44º aniversário da Associação - 1/12;
- Concerto de Natal Solidário - 2/12
- Unidade de Cuidados na Comunidade de Tarouca - convite para a palestra sobre "A Importância do Sono na Infância e na Adolescência" - 5/12;
- Santa Casa da Misericórdia de Tarouca - Convite para o II Sarau Inclusivo - 6/12;
- Associação Flor do Sabugueiro - convite para o almoço de Natal - 16/12;
- Associação S. João de Tarouca - convite para o almoço de Natal - 16/12;

❖ Salientou ainda três iniciativas solidárias que aconteceram no Concelho e que são verdadeira cidadania ativa, nomeadamente a realização da Feijoada solidária pelo Grupo Elas, a favor de uma família que perdeu a casa num incêndio; o concerto de Natal Solidário, com a participação do cidadão Valdemar de Carvalho Pereira e do coro dos funcionários da Câmara Municipal, para angariarem fundos para o cabaz de Natal das famílias carenciadas; e o espetáculo "Portugal Tradicional" que a Associação Recreativa e Cultural de Gondomar realizou, cuja receita reverteu a favor da Liga Portuguesa Contra o cancro.

❖ Referiu o programa das festas natalícias, sob o título "Tarouca é Natal", que convida a visitar Tarouca, designadamente a inauguração do Presépio em Movimento, entre outras iniciativas.

- Associação de Estudos de Direito Regional e Local (AEDREL) - pedido de informação sobre iniciativas desta Assembleia Municipal que pudessem ser partilhadas com outras Assembleias, tendo sido enviada informação sobre a discussão em algumas sessões deste órgão de temáticas importantes para o Concelho com a presença de especialistas na matéria.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

▪ DGAL - ofício com o apuramento do endividamento municipal em 31.12.2017, salientando o facto de este Município ter saído do excesso de endividamento.

▪ Assembleia Municipal de Murça enviou Moção/Valorizar Murça, a Região, o Interior e Portugal.

Informou que participou, com o membro António Luís Carrapa Sarmento, na Assembleia Geral da CIMDouro, na qual para além de terem sido discutidos alguns documentos relativos ao funcionamento da entidade, foi eleito o respetivo Secretário-geral e foram dadas algumas informações sobre investimentos que a CIMDouro está a promover na região.

Felicitou o Senhor Provedor pela eleição para o novo mandato e na sua pessoa cumprimentou todos os membros eleitos, desejando a todos um mandato profícuo um prol do apoio aos cidadãos.

Informou que foram apresentadas justificações escritas de falta a esta sessão pelos membros Liliana Matias Soares; Manuel Leite dos Santos; e José Manuel Andrade Oliveira, as quais foram aceites pela Mesa e serão arquivadas sob os números dez, onze e doze do maço de documentos número um do livro de atas número doze. Informou ainda que o membro José António Amaro Nunes telefonou a justificar a sua falta, tendo ficado de a enviar posteriormente por escrito.

Leu de seguida em voz alta a comunicação do membro Manuel Leite dos Santos, conforme seu pedido, na qual, para além de justificar a sua ausência a esta reunião por motivos de saúde, endereça a todos votos de saúde e bem-estar, e de um bom Jantar de Natal e de Boas Festas Natalícias 2018. Desejou a este membro as melhores, retribuindo-lhes os votos de Boas festas.

Informou que a Comissão Permanente reuniu no passado dia vinte e seis de outubro, para analisar as principais linhas do Orçamento para o próximo ano, com a presença do Senhor Vice-Presidente da Câmara, a quem agradeceu a disponibilidade e a partilha das informações.

Salientou que estão em discussão pública os projetos dos programas estratégicos de reabilitação urbana (PERU'S) da sede do concelho, de Ucanha e Gouveias, de Salzedas, de S. João de Tarouca e do Outeiro, os quais foram enviados aos líderes dos grupos municipais, conforme deliberação da referida reunião da Comissão Permanente, por isso, lembrou que, quem entender, pode dar os seus contributos.

Disse que o membro Carlos Alberto Moura Cabral apresentou por escrito o voto de saudação, que a seguir se transcreve e que foi lido em voz alta pela primeira Secretária:

"VOTO DE SAUDAÇÃO**43 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975**

Comemorou-se no passado mês o 43º aniversário do 25 de novembro, o movimento que conteve a ala radical do Movimento

das Forças Armadas, apoiada pela extrema-esquerda, e determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português, na senda da consolidação do processo democrático iniciado pelo 25 de Abril. O "25 de novembro", ato singular e irrepetível da nossa história, marca indelevelmente o fim da transição revolucionária.

O povo português soube, não sucumbindo às manobras táticas e estratégicas de uma franja radical da sociedade portuguesa, que podiam ter resvalado numa guerra civil, rejeitar uma visão autocrática e internacionalista de Portugal. O povo português conseguiu, com firmeza, romper com a ditadura de 40 anos e aceitar um caminho diferente, que nos salvou de uma nova ditadura de sinal contrário.

Essa viragem foi decisiva para que Portugal aceitasse pluralmente uma continuidade exemplar na política de integração europeia e ocidental. Com efeito, este entendimento vigorou, nos últimos quarenta e três anos, e foi partilhado pela esmagadora maioria do povo português.

Neste contexto, importa salientar o contributo dos partidos democráticos e a resistência indómita de muitas figuras de relevo, que permitiram que Portugal fosse hoje um país democrático, prestigiado, aberto e tolerante, integrado na União Europeia, em pleno desenvolvimento.

É sob o signo dessa unidade feita pela história que se celebrou, uma vez mais, o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo. Alguns poderão achar que esta evocação é supérflua, outros pugnarão por assinalar este momento como um dia de liberdade e democracia.

Assim, o membro do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Tarouca, que:

Aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974. Dar solene testemunho da nossa gratidão todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar comovida homenagem àqueles que tombaram em defesa da liberdade.

Tarouca, 10 de dezembro de 2018.

O membro da Assembleia Municipal do CDS-PP,

Carlos Cabral."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário o presente voto de saudação. Não tendo havido intervenções, procedeu-se à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o presente voto de saudação.

Verificando-se, de seguida, que não houve inscrições para o 1º momento do período de intervenção do público, passou-se à

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **Vitor Alexandre Cardoso Ferreira** - Na qualidade de representante dos Presidentes de Junta na Comissão de Acompanhamento de Prevenção e Combate à Vespa da Galha do Castanheiro, deu conhecimento do que se tem feito no combate àquela vespa. A Câmara Municipal foi alertada, pela primeira vez, da existência desta praga no Concelho, em dois mil e dezasseis. Em dois mil e dezassete foi feita uma sessão de esclarecimento para os agricultores do Concelho sobre a matéria. Em maio de dois mil e dezoito foram feitas as primeiras largadas de insetos para combate biológico da praga, com incidência nos lugares de maior produção de castanha. Partiu-se depois para a realização de algumas sessões de esclarecimento nas freguesias, que têm corrido bem. Em dois mil e dezanove serão feitas mais catorze largadas de insetos, as quais têm sido autorizadas pela Câmara Municipal, a quem agradeceu.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que ao longo dos seus mandatos sempre foi defensor da execução de pequenos investimentos, que entende que foram descurados ao longo de muitos anos, em detrimento de obras de maior dimensão. Lembrou algumas críticas que receberam de que não havia obra de grande dimensão, por isso, considera que é justo lembrar algumas obras que estão a ser executadas e que entende que são estruturantes para o Concelho:

- execução da zona industrial que é uma obra fundamental para o Concelho e que está a avançar à medida do possível;
- reabilitação da zona de Alcáçima, que estava totalmente abandonada e que neste momento está muito bonita, lamentando apenas que os vândalos já tenham estragado projetores que ali foram colocados;

- execução da zona ribeirinha, que está a avançar e que entende que é outra obra estruturante, esperando que avance o mais rápido possível;

- pequenas obras de revitalização da Praça 25 de Abril e que revitalizou uma zona muito importante para Tarouca;

- parque eólico de Santa Helena, do qual acha que todos se devem orgulhar, porque está quase a entrar em funcionamento, bem como as condições de acesso/contra-fogo que foram criadas pela empresa responsável pelo mesmo, nomeadamente, grandes estradões, tendo completado a ligação entre Santa Helena e Cristo Rei.

- **João Miguel Oliveira Sarmento** - Deu os parabéns à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca pela celebração do quadragésimo quarto aniversário. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se o Município teve alguma intervenção financeira na aquisição das duas

viaturas, que foram inauguradas na referida cerimónia, uma vez que o Presidente da Direção da Associação no seu discurso salientou a aquisição do veículo de combate a incêndios, informando que foi participado pelos fundos comunitários, mas não explicou como foi financiada a parte restante.

- **Sara Maria Paiva da Guia** - Deu os parabéns ao Executivo pela iniciativa "Tarouca é Natal", nomeadamente pelo incentivo ao comércio tradicional, propondo que esta iniciativa se prolongue pelo ano e não apenas no mês de dezembro, uma vez que as contrapartidas oferecidas pelo Município não lhe acarretam grandes custos e poderá trazer dinamizar o comércio local.

Pediu informação sobre as políticas sociais para idosos, concretamente acerca do cartão sénior, quantos apoios aquele cartão dá, o número de beneficiários que tem atualmente e como é feita a divulgação do mesmo.

Perguntou ainda se Tarouca tem banco local de voluntariado, protocolado com o Conselho Nacional de Promoção para o Voluntariado, ou se não tem, para quando está previsto.

- **Tiago José Gomes Ildefonso** - Disse que através da comunicação social teve conhecimento das declarações do Presidente da Liga de Bombeiros, Jaime Marta Soares, que veio a público romper relações com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, ou seja, os Bombeiros passam a não reportar as ocorrências àquela entidade, o que também já foi comentado pelo Senhor Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita. Tendo em conta este conflito, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, na qualidade de responsável máximo do Concelho, quais os riscos para os Tarouquenses e se a sua segurança está colocada em causa, uma vez que apesar de estar solidário com as razões dos bombeiros, entende que a salvaguarda dos interesses dos Tarouquenses está acima de todos os interesses.

- **O Senhor Presidente da Assembleia**, a propósito deste assunto, disse que todos ouviram na comunicação social falar deste conflito, tendo lamentado profundamente que duas pessoas com papel tão relevante nas respetivas instituições tenham tido um discurso tão inflamado a falar bombeiros que são os Soldados da Paz, uma vez que não é nada condizente com a paz.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Iniciou por desejar a todos os presentes e a todos os Tarouquenses um feliz e santo Natal.

Referiu que na última sessão da Assembleia, já fora dos trabalhos, alguém lhe perguntou porque nunca votaria a favor da reposição do IRS aos contribuintes do Concelho, já que isso era uma política de esquerda, sendo ele de direita e não querendo deixar sem resposta esta questão, esclareceu que entende que todos querem o melhor para as populações,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

seguindo uma política de auxílio aos mais necessitados. E como os seus princípios são a democracia cristã, a qual se baseia na liberdade, na solidariedade e na justiça, não existe aqui contradição. A diferença é que enquanto a direita se preocupa em criar riqueza para depois a distribuir por forma a alcançar a equidade social, a esquerda advoga distribuir aquilo que não tem, não passando de uma utopia com a finalidade de distrair os cidadãos dos verdadeiros problemas do País, parafraseando um humorista "eles falam, falam, mas não fazem nada", ao que acrescenta, mas mesmo nada!

Prosseguiu dizendo, que como estamos no final do ano é tempo de balanço e de projeções para o futuro, como é hoje o caso da discussão e votação do orçamento. Em termos do que se passou em 2018, a nível nacional, como não poderia deixar de ser, já que assistimos a um período de crescimento de todas as economias, sem exceção, até as mais desenvolvidas apresentaram níveis bastante razoáveis, Portugal também cresceu, mas não podemos ficar satisfeitos, porque foi pouco, e quando o Governo afirma que estamos a convergir com a União Europeia, por ter ficado acima dos 2,2% da média europeia, temos que referir que as médias por vezes dão uma errada interpretação, já que as três maiores economias, Alemanha, França e Itália, cujo PIB total representa quase 50% do da Comunidade Europeia, sem incluir aqui o Reino Unido, caso seja considerada em conjunto representam cerca de 65%. De facto, o que aconteceu, quanto ao crescimento, é que Portugal ficou na cauda dos vinte e oito membros, situando-se nos últimos cinco, conclui-se que não houve nada de extraordinário, até porque como o nosso PIB é baixo, sempre será mais fácil alcançarem-se taxas mais elevadas do que nas grandes economias.

Quanto ao Concelho de Tarouca, disse que tivemos uma medida que irá possibilitar, e que já se manifesta no orçamento que se irá discutir, ou seja na retoma de investimentos para a melhoria do Concelho nas várias vertentes, que foi a saída das contas do nosso Município do défice excessivo, ou seja uma boa notícia.

Relativamente a 2019, tudo indica que as economias nossas parceiras, vão continuar a crescer, o que por si só é o principal indicador, para que nós também venhamos a crescer, pese embora que a nível interno com o orçamento já aprovado para 2019, vai ser mais do mesmo, controlo das contas públicas à custa da asfixia dos pilares que enformam a nossa sociedade, saúde, educação, justiça e segurança. Contudo, se a nossa dívida baixar como se prevê dos 120%, já será uma notícia menos má, pois permitirá que os nossos financiadores não percam a confiança em nós, podendo financiar as nossas necessidades a juros mais simpáticos, no entanto vai ser um ano de grande instabilidade social, continuando as greves,

que vão colocar em causa o regular funcionamento da nossa sociedade, a nível dos cuidados de saúde, a nível da mobilidade das pessoas, a nível da segurança e do ensino. No que respeita ao nosso concelho, espera que 2019 seja de facto um ano da retoma dos investimentos, sem colocar em causa o equilíbrio das contas, pois já custou muito ao bem-estar dos Tarouquenses. Espero também que a segurança dos bens e das pessoas de Tarouca seja uma realidade, que se enviem todos os esforços para que assim seja, pois todos sabemos que estamos no fio da navalha, bem como a descentralização que está para chegar, não traga ainda efeitos mais nefastos para o nosso Município, porque tenho a sensação, aliás como todo o cidadão comum, que o poder central quer transferir competências, mas não quer transferir dinheiros, porque para o governo, quanto ao primeiro é um alívio e ao segundo é uma benesse.

Terminou perguntando ao Senhor Presidente da Assembleia se esta Assembleia Municipal já faz parte da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais e caso não faça se existem perspectivas de vir a fazer parte.

Perguntou ainda ao Senhor Presidente da Câmara que novidades existem quanto à descentralização para este Município e se o SNC-AP vai entrar em vigor.

- **Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite** - Acerca da intervenção do membro Carlos Alberto Moura Cabral, disse que entende que não é importante estarmos aqui a discutir a política nacional, nem a macroeconomia, pois o que é verdadeiramente necessário é discutir o que se passa no Concelho e o que se pode fazer para o seu desenvolvimento. Disse que tem conhecimento de que os CTT, a exemplo do que já se passou noutros Concelhos, podem eventualmente vir a encerrar em Tarouca, perguntando se o Executivo tem já algum plano estruturado para assegurar aquele serviço fundamental para a população.

Referiu que concorda com o membro Rui Manuel Guedes Raimundo no que respeita às pequenas obras, que são fundamentais e estruturantes, dando os parabéns ao Executivo pela respetiva execução, não obstante haver sempre trabalho a fazer, tendo lembrado a necessidade de ser feita a nova toponímia da cidade de Tarouca, que é considera também uma pequena obra, que é fundamental.

Referiu que teve conhecimento da contratação de mais quatro licenciados para este Município, e não obstante a pertinência da sua contratação, alertou para o facto de que em dois mil e quinze a Autarquia tinha duzentos e quarenta e três trabalhadores, e atento ao número de população ativa do Concelho, verifica-se que existe uma elevada percentagem de população que tem um contrato direto com a Câmara Municipal, não tendo incluído no cálculo a contratação dos cerca de sessenta trabalhadores no corrente ano. Aproveitou para



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

fazer o mesmo cálculo noutros Municípios, nomeadamente em Lamego e Vila Real, tendo verificado que estas Autarquias têm uma percentagem muito inferior de trabalhadores.

Acrescentou que, na sua opinião, o Município de Tarouca tem um número muito elevado de trabalhadores, tendo em conta a sua população ativa e mesmo que, como justificação, lhe digam que a culpa foi do anterior Executivo, continua a não concordar com esta situação, e a entender que em vez de serem contratados novos licenciados, deveriam ser reaproveitados os que a Autarquia já dispõe.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se já há alguma indicação da posição que poderão vir a ter sobre a delegação de competências a que se refere a Lei número cinquenta/dois mil e dezoito, uma vez que já foram publicados os diplomas de âmbito setorial. Felicitou a Câmara Municipal pelos galardões que recebeu, nomeadamente, o galardão sobre a qualidade da água, atribuído pela respetiva entidade reguladora; e o galardão da Associação Bandeira Azul da Europa, que distinguiu o município com o Diploma ECOXXI 2018. Salientando a distribuição dos cento e trinta ecopontos em todo o Concelho, esperando que se faça agora a sensibilização da população para a recolha seletiva.

Referiu que lhe chegou ao conhecimento que a água no Rio em Ucanha apresentava alguma espuma, tendo perguntado se o Executivo tomou algumas medidas e se sabe a que se deveu a mesma.

Felicitou o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia pela sua reeleição.

Concluiu referindo-se à intervenção do membro Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite, tendo dito que está de acordo quanto ao elevado número de funcionários que as pequenas Autarquias têm, contudo deveria ter comparado Tarouca com os Municípios de Armamar ou Moimenta da Beira e não com Lamego e Vila Real. Acrescentou que, com exceção daqueles que a lei obrigou, ou seja dos trabalhadores com contrato precário, este Executivo ao longo dos últimos quatro anos, não fez qualquer contratação, por isso essa situação já vem atrás, e não haverá grande coisa a fazer.

- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** em resposta ao membro Carlos Alberto Moura Cabral informou que esta Assembleia Municipal ainda não integra a Associação Nacional de Assembleias Municipais, porque a adesão tem um custo financeiro, da inscrição e da quota anual, estando em avaliação pela Mesa os respetivos prós e contras.

Quanto à delegação de competências para os Municípios, disse que os diplomas setoriais publicados têm prazos apertados e não são nada esclarecedores quanto ao envelope financeiro, o que é preocupante, contudo, parece-lhe que o Senhor Presidente da Câmara está atento e a acompanhar o assunto.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por felicitar o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia pela sua reeleição no cargo, porque se trata de uma instituição muito importante para o Concelho, desejando-lhe a ele e aos restantes elementos que compõem os órgãos sociais as maiores felicidades.

Desejou ainda as rápidas melhoras ao membro Manuel Leite dos Santos.

Referiu que o Executivo também se associa ao voto de saudação que foi aprovado pelo órgão.

Acerca do combate à vespa do castanheiro, disse que o Município não se podia alhear a este problema, agradecendo o trabalho de todos os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, do Senhor Vice-Presidente e da respetiva Comissão, garantido que podem continuar a contar com todo o apoio da Autarquia.

A propósito de obras, disse que a área empresarial é uma necessidade, porque só se consegue ter emprego no Concelho, se houver empreendedores. Acrescentou que, como já não existem candidaturas aos fundos comunitários disponíveis para a construção deste tipo de obras, a mesma tem sido realizada a expensas do Município, o que tem sido uma luta constante e, por isso, se vier a existir a possibilidade de ser apresentada alguma candidatura, será aproveitada a oportunidade, porque ainda há ali muita despesa a fazer. Informou que já foi vendido um lote e que estão em venda mais quatro lotes, havendo muitos empreendedores interessados.

Disse que as obras dos parques ribeirinhos de Ucanha e de Tarouca já iniciaram e que o parque de Alcácima em breve será inaugurado.

Informou que iniciaram obras no Mosteiro em Salzedas no valor de mais de um milhão de euros e que têm a participação do Município, porque sabem a importância daquele monumento para o turismo.

Comunicou ainda com satisfação que o Hotel Douro Cister, sito na Abadia Velha, já foi adquirido e, por isso, pensa que em breve estará aberto, criando postos de trabalho e sendo bom para o turismo.

Informou ainda que a Igreja de S. Pedro e Santa Helena irão ter intervenções participadas pelo PROVERE.

Referiu, a propósito, que gostaria que o roteiro turístico do Concelho tivesse início na Igreja de S. Pedro a que se seguirá Alcácima e só depois se partisse para os outros locais do Concelho.

Ao membro João Miguel Oliveira Sarmento explicou que o Município participou a aquisição do VFCI da Associação

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca com o valor de € 30.000,00 (trinta mil euros), pois apesar das dificuldades financeiras do Município não abdicam de ajudar as Associações que prestam serviço à comunidade.

Ao membro Sara Maria Paiva da Guia, quanto à sua proposta relativa ao incentivo ao comércio, disse que a criação dessas dinâmicas pertence à Associação Empresarial, mas como esta não existe o Município está a substituí-la, por isso, terá de ver-se qual a melhor época para dar incentivo ao comércio local, este foi apenas um início.

Quanto à ação social, disse que tem muito orgulho na forma como esta funciona, pois para além de todo o apoio que é dado diretamente, o Município também é parceiro de outras entidades do Concelho, que todos os dias vão distribuir alimentação. Disse ainda que vão distribuir cabazes de Natal de acordo com as disponibilidades do Município e em conjugação com as diversas entidades. Referiu ainda que têm um serviço que vai funcionar no terreno, a partir de janeiro, com uma equipa para fazer levantamento das necessidades das pessoas, as quais depois serão reportados às entidades competentes para que possam ter uma resposta adequada. No que se refere aos idosos serão poucos os Municípios que dão aos idosos o que este Município dá, inclusive com as viagens para o IPO, que ficam extremamente dispendiosas, uma vez que estão muito atentos a todas as necessidades.

Ao membro Tiago José Gomes Ildefonso disse que quando ouviu o Senhor Presidente da Liga de Bombeiros Portugueses ficou preocupado com as suas declarações. Contudo, a nível local, tudo vai continuar a funcionar normalmente, conforme lhe foi informado pelo Presidente da Direção da AHBVT, apenas não reportarão os serviços à Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Ao membro Carlos Alberto Carlos Cabral, em relação ao SNC-AP disse que ainda não tiveram indicações para iniciarem.

Quanto às transferências de competências, disse que ainda está a ser analisado com muita atenção o assunto e vai ser também abordado na próxima reunião da CIMDouro. Se houver necessidade, será convocada uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, uma vez que não querem estar a tomar uma decisão de ânimo leve.

Ao membro Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite disse que os quatro licenciados a que se referiu são necessários para os serviços. Quanto ao número de trabalhadores, disse que as coisas não são bem assim, porque o número de trabalhadores deste Município inclui os trabalhadores do agrupamento de escolas, enquanto, por exemplo, em Lamego isso não acontece, o que aumentaria muito a percentagem que referiu se fosse tudo contabilizado.

Ao membro António Luís Carrapa Sarmento disse que efetivamente apareceu espuma na água do rio em Ucanha, a qual foi analisada e não tinha grandes problemas. Contudo, dados os investimentos que vão ser feitos no rio, está a fazer-se uma fiscalização todas as semanas para registar qualquer ocorrência que aconteça, a fim de que se possa descobrir o que a provocou.

Nesta altura, o membro Rui Fernando Guedes Raimundo ausentou-se da reunião.

PONTO UM - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, DO ORÇAMENTO MUNICIPAL, E DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019

Presentes as seguintes propostas aprovadas pela Câmara Municipal em sua reunião de 31 de outubro de 2018, as quais foram enviadas antecipadamente a todos os membros:

❖ Grandes Opções do Plano para o ano dois mil e dezanove, prevendo o montante definido de despesa para o próximo ano de € 8.662.000,00 (oito milhões e seiscentos e sessenta e dois mil euros), perfazendo o montante total previsto de € 9.883.500,00 (nove milhões e oitocentos e oitenta e três mil e quinhentos euros), contendo o Plano Plurianual de Investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica (Plano de Atividades Municipais), prevendo o primeiro um montante total definido de despesas de investimento, para o próximo ano, de € 3.795.450,00 (três milhões e setecentos e noventa e cinco mil e quatrocentos e cinquenta euros), perfazendo o montante total previsto de € 5.016.950,00 (cinco milhões e dezasseis mil e novecentos e cinquenta euros) e o segundo o montante total definido de despesa, para o próximo ano, de € 4.866.550,00 (quatro milhões e oitocentos e sessenta e seis mil e quinhentos e cinquenta euros), perfazendo igual o montante total previsto;

* Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e dezanove, o qual apresenta uma previsão da receita igual à da despesa no montante total de € 16.800.690,00 (dezasseis milhões e oitocentos mil e seiscentos e noventa euros), sendo que € 12.498.845,00 (doze milhões e quatrocentos e noventa e oito mil e oitocentos e quarenta e cinco euros), corresponde ao montante das receitas correntes e € 11.572.645,00 (onze milhões e quinhentos e setenta e dois mil e seiscentos e quarenta e cinco euros) corresponde ao montante de despesas correntes; e € 4.301.845,00 (quatro milhões e trezentos e um mil e oitocentos e quarenta e cinco euros), correspondente ao montante das receitas de capital e € 5.228.045,00 (cinco milhões e duzentos e vinte e oito mil e quarenta e cinco euros) corresponde ao montante das despesas de capital; e

*Mapa do pessoal para o ano de dois mil e dezanove.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fl. 043

2018.12.10

Verificou-se que a proposta do Orçamento Municipal é composta pelos seguintes elementos:

- *Quadro plurianual de Programação Orçamental;
- *Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano, contendo a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta (alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09;
- *Resumo do Orçamento;
- *Mapa resumo das receitas e despesas do Município;
- *Orçamento da receita e orçamento da despesa, desagregado segundo a classificação orgânica económica (alínea b) do n.º 1 do citado artigo 46.º);
- *Mapa dos encargos anuais a satisfazer com a amortização de empréstimos;
- * Equilíbrio orçamental;
- * *Mapa das transferências para as Juntas de Freguesia - Delegação de competências;
- *Articulado contendo as medidas para orientar a execução orçamental (alínea d) do n.º 1 do citado artigo 46.º);
- * Mapa com a informação das entidades participadas pelo Município que são classificadas pelo Instituto Nacional de Estatística como "Serviços Autónomos da Administração Local", às quais foi solicitada a apresentação dos respetivos orçamentos para 2019, para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do citado artigo 46.º;
- * Mapa das entidades participadas pelo Município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente (alínea c) do n.º 2 do citado artigo 46.º);
- * Mapa das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais; e
- * Identificação e descrição das responsabilidades contingentes;

Verificou-se que a proposta das Grandes Opções do Plano é composta pelos seguintes elementos:

- *Resumo das Grandes Opções do Plano, por funções;
- *Resumo do Plano Plurianual de Investimentos;
- *Resumo do Plano de Atividades Municipal;
- *Plano Plurianual de Investimentos; e
- *Plano de Atividades Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia informou o plenário que a Mesa, tendo em conta a importância para o Concelho dos documentos em discussão neste ponto da ordem do dia, entendeu que, na primeira intervenção, cada um dos membros poderá usar o tempo de dez minutos, em vez do tempo previsto no Regimento, para que assim possam fazer uma análise mais detalhada.

Em termos resumidos, apresentou os valores do orçamento, referiu que, como todos sabem, este Município depende de forma profunda das receitas do Governo Central, tendo

destacado que as despesas com pessoal correspondem a trinta e quatro por cento das suas receitas totais, não chegando sequer as suas receitas próprias para fazer face àquelas despesas.

Disse ainda que se verifica que no próximo ano se preveem investimentos relevantes, contudo também se verifica que as despesas estão sempre influenciadas pelo Plano de Saneamento Financeiro, ao nível da amortização da dívida.

Salientou alguns dos investimentos previstos, na área da eficiência energética, da implementação das novas tecnologias, da reabilitação urbana, o Parque Ribeirinho de Tarouca, que é uma obra há muito pedida pelos tarouquenses, as zonas ribeirinhas de Ucanha e Mondim da Beira, entre outros.

Concluiu dizendo que estes são documentos muito relevantes e que merecem a atenção de todos.

De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar os documentos.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por agradecer aos colaboradores do Município envolvidos na elaboração destes documentos, pela disponibilidade demonstrada, designadamente à Chefe de Divisão da DAF, aos quatro técnicos da Secção de Contabilidade e ao Senhor Vice-Presidente, por toda a responsabilidade e dedicação aos mesmos.

Agradeceu ainda aos Senhores Vereadores, à Mesa da Assembleia, aos líderes dos Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP pelos contributos dados para o enriquecimento dos documentos.

Salientou que pretendem continuar a apoiar a agricultura, a ação social, o turismo, o ensino, a saúde, o associativismo, o empreendedorismo, destacando o bom relacionamento que existe com as instituições do Concelho.

Destacou ainda a importância das Associações, porque são elas que trazem atividade, felicidade, harmonia e vida ao povo e ao Concelho, pois são poucos os dias que não há atividades levadas a efeito pelas mesmas.

Referiu que, para que este Plano e Orçamento tenham a execução desejada, é necessária a colaboração de todos os membros dos órgãos, dos Presidentes de Junta, dos Presidentes das Associações, dos funcionários, do Diretor da Escola, Diretor do Centro de Saúde; do Comandante da GNR, etc.

Salientou que muitos trabalhos das pequenas obras só são possíveis com a importante parceria com as Juntas de Freguesia e com a colaboração dos funcionários da Autarquia, a quem agradeceu.

Concluiu dizendo que todos gostariam de ver um orçamento mais ambicioso, mas sabe que todos têm consciência de que é preciso continuar a lutar pela consolidação financeira.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fl.

050

2018.12.10

Passou de seguida a palavra ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo iniciou por dirigir um agradecimento generalizado a cada um dos funcionários da Autarquia, por todo o empenho e trabalho realizado.

Agradeceu ainda ao Senhor Presidente da Câmara, pela confiança que em si depositou; a todos os colegas do Executivo pela colaboração na elaboração do orçamento; assim como à Mesa da Assembleia e aos líderes do PSD e CDS/PP que estiveram presentes na reunião da Comissão Permanente para discutir o assunto.

Referiu que considera que este é um orçamento ambicioso, porque é o de valor mais elevado desde dois mil e treze, contudo lembra que continua a ser um orçamento com alguns constrangimentos.

Este orçamento reflete os investimentos que têm vindo a ser projetados e que começam a dar sinais, nomeadamente o desejo de investir em Tarouca, como é o caso da compra do Hotel Douro Cister das aquisições dos lotes da área empresarial, o que o deixa bastante satisfeito.

Esclareceu que não consta do orçamento nada que se refira à transferência de competências prevista na Lei n.º 50/2018, de 16/08, uma vez que os diplomas setoriais só saíram há poucos dias e o orçamento tinha de ser aprovado até ao final do corrente mês.

Referiu que os Planos Plurianuais de Investimentos se referem ao período de um mandato e por isso há obras que se repetem nos orçamentos, como acontece com o atual orçamento, que respeitou as estratégias do Portugal 2020, da CIMDouro e da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, assim como o Programa Eleitoral apresentado no último sufrágio.

Salientou que para a execução do presente orçamento é importantíssimo contar com a colaboração de todos.

Explicou que a sua apresentação se divide essencialmente em três pontos essenciais: Conjuntura Económica; Eixos Estratégicos - Atividade e Principais Investimentos e Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Quanto à conjuntura económica, disse que a situação financeira do Município teve uma grande melhoria, no que respeita ao montante da dívida total, informando que conseguiram uma redução de mais de três milhões de euros e que conseguiram ficar abaixo do limite de excesso de endividamento, continuando a questão da tesouraria a preocupá-lo, porque as prestações dos empréstimos continuam a ter de ser pagas.

Prosseguiu referindo que se mantêm os cinco eixos estratégicos definidos para o Concelho: desenvolvimento económico e sustentável; inclusão e coesão social; educação

e formação; cultura, desporto e associativismo; e modernização da Autarquia.

Ao nível do desenvolvimento económico e sustentável, salientou os vários planos que estão em desenvolvimento e que se devem muito ao trabalho desenvolvido pela Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, sendo daí o início para a realização de diversos investimentos apoiados pelos fundos comunitários, tais como: a reabilitação do morro de Alcácima; a reabilitação do núcleo antigo da Cidade de Tarouca; a requalificação e a reabilitação do parque Ribeirinho de Tarouca; a reabilitação da Escola Primária nº1; e a regeneração das zonas ribeirinhas de Outeiro em Mondim da Beira e de Ucanha.

Relativamente à mobilidade urbana salientou as seguintes obras: a melhoria da mobilidade na Rua das Adegas e Castelo; a eliminação de pontos de maior perigo para peões e ciclistas; a execução dos abrigos de passageiros de transportes coletivos rodoviários municipais e a aquisição e reabilitação de sinalização vertical e horizontal.

Quanto à valorização dos recursos produtivos e endógenos, salientou a Régiefrutas, como parceiro fundamental no desenvolvimento do agrícola do Concelho e no escoamento de produtos; a conservação e criação de caminhos agrícolas, de regadios e açudes; a limpeza de caminhos florestais e a proteção do meio ambiente e ações de sensibilização.

No que concerne à inovação, diferenciação e empreendedorismo, ressaltou a continuação da execução da Área de Acolhimento Empresarial Local; as parcerias com Instituições de Ensino Superior e o apoio ao empreendedor e incentivo do empreendedorismo, com as taxas mais baixas na região.

Quanto ao ambiente, salientou o reforço da contentorização; a recolha seletiva porta a porta; as campanhas de sensibilização ambiental; manter as ETAR's propriedade do Município, operacionais e eficazes; continuar com as campanhas de limpeza e reflorestação.

Relativamente ao turismo, paisagem e património salientou a adesão a novas tecnologias de promoção para dois mil e dezanove; a participação em eventos do setor; a criação de uma Bolsa de Alojamento Local; a realização de eventos diferenciadores; continuar a apostar no "walking and cycling"; o Parque Ribeirinho de Tarouca; a zona ribeirinha do Outeiro de Ucanha; a Alcácima; o Parque de Santa Helena; o restauro do altar e retábulos da Igreja de S. Pedro de Tarouca, através de um protocolo com a Direção da Cultura do Norte, a qual passará a estar aberta todos os dias e integrará a rede de Monumentos Vale Varosa; a conservação do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas e a sinalética.

No que se refere à empregabilidade, disse que o objetivo maior dos eixos estratégicos é manter as parcerias com o

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

IEFP; melhorar competências e a escolaridade, renovar o Gabinete de Inserção Profissional e apostar na formação profissional.

Prosseguiu referindo-se ao eixo relativo à inclusão e coesão social, o qual não tem muita visibilidade, mas é muito importante para as pessoas e por isso continuarão a apostar nas políticas sociais de proximidade que garantam mais inclusão social; na solidariedade em rede e apoio às IPSS; nas ações de educação cívica; no apoio à natalidade; nos valores mínimos do IMI; e no apoio à educação das crianças e jovens, com a oferta do transporte escolar, refeições escolares e manuais.

Disse que vão manter também o que tem sido feito ao nível da promoção dos hábitos saudáveis, designadamente com o Programa Tarouca Saudável, através da promoção da atividade física ao ar livre, da promoção da natação e do apoio às associações desportivas.

No que respeita ao eixo educação e formação, disse que o programa de combate ao abandono escolar, cujo combate tem de ser contínuo; assim como o apoio às famílias nas despesas com a educação; a organização de estágios de verão; a promoção do empreendedorismo e inovação junto da comunidade escolar; a utilização dos espaços escolares fora dos períodos letivos; a criação de uma sala de aula do futuro e as obras de requalificação nas escolas.

No que alude ao eixo da cultura, desporto e associativismo, salientou a valorização cultural que manterão com a Academia de Música; a promoção de diversos eventos culturais; o cinema e a agenda de eventos. E o apoio ao associativismo e mobilização territorial, com a promoção de ações de formação para dirigentes e das respetivas dinâmicas. Continuarão também a promover o desporto saudável, mantendo o apoio às diversas atividades desportivas: andebol, futebol, futsal, ginástica, trail, caminhadas, TT, downhill, etc., mantendo-se a aposta na formação desportiva e nos roteiros pedestres e ciclovias. Salientou ainda que em relação à juventude irão tentar implementar o cartão "Jovem Tarouquense"; premiar iniciativas empresariais dos jovens tarouquenses; criar bolsa de jovens à procura de estágios profissionais ou emprego; a criação de estágios de verão para jovens estudantes e dar continuidade aos programas OTL.

Relativamente ao eixo da gestão territorial e municipal referiu a execução do cadastro de redes de saneamento; a expansão e manutenção das redes de saneamento e águas; a implementação de medidas para o controle de perdas e infiltrações na rede e medidas de racionalização e controle do consumo de água.

No que respeita à segurança e proteção civil disse que pretendem construir mais duas charcas em pontos estratégicos; continuar com as ações de sensibilização e

prevenção; garantir a manutenção e criação de caminhos florestais; reforçar a sinalética vertical e horizontal e proceder à limpeza e reflorestação de mosaicos.

Em termos de finanças, pretendem continuar a cumprir o Plano de Saneamento Financeiro; manter uma política de poupança em despesas correntes; melhorar o prazo médio de pagamentos a fornecedores; manter uma política responsável na utilização dos dinheiros públicos; e implementar medidas de melhoria da tesouraria da autarquia, por continuar a ser um problema.

Quanto ao equipamento básico e de transporte, disse que pretendem adquirir novas máquinas e viaturas operacionais, apostando em combustíveis ambientais e de maior poupança e reorganizar e reabilitar o Estaleiro Municipal.

Ao nível dos funcionários municipais está a ser desenvolvido um plano de formação, o plano de higiene e segurança no trabalho e continuar a investir em equipamentos de proteção individual.

No que respeita à modernização da Autarquia, pretende-se melhorar a eficiência e a produtividade, com a candidatura Tarouca i-acessível e com a aquisição de novo *hardware* e *software* e com a eficiência energética, para o resto das freguesias onde falta instalar, um investimento superior a meio milhão de euros.

Passou de seguida ao orçamento, tendo dito que é teoricamente equilibrado, sendo o montante das receitas correntes é de €12.498.845,00 (doze milhões e quatrocentos e noventa e oito mil e oitocentos e quarenta e cinco euros), das despesas correntes é de €11.572.645,00 (onze milhões e quinhentos e setenta e dois mil e seiscentos e quarenta e cinco euros), que o montante das receitas de capital é de € 4.301.845,00 (quatro milhões, e trezentos e um mil e oitocentos e quarenta e cinco euros) e das despesas de capital é de € 5.228.045,00 (cinco milhões, duzentos e vinte e oito mil e quarenta e cinco euros).

Disse ainda que não pode garantir a execução total deste orçamento, uma vez que, em primeiro lugar, há rubricas que se não estiverem inscritas em orçamento as candidaturas aos fundos comunitários não são aceites, por isso têm sempre de as colocar, mesmo que depois elas não abram, e em segundo lugar, porque têm de inscrever todos os valores em dívida, mesmo que tendo a certeza que não é possível pagá-los, como é o caso da dívida à empresa "Águas do Norte".

Concluiu a sua intervenção afirmando que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento têm como principal objetivo continuar a garantir a inclusão social de todos, melhorar a qualidade de vida a todos os Tarouquenses, reduzir as despesas correntes e melhorar a tesouraria e ainda aproveitar os fundos comunitários para maximizar a receita, para que se mantenha a sustentabilidade económica e social do Município. Intervieram de seguida os seguintes membros:

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

- **Sara Maria Paiva da Guia** - Disse que da breve comparação que fez com os documentos do ano anterior, verificou que são muito semelhantes, não apresentando grandes novidades. Uma vez que lhe parece que o orçamento está muito focado nos valores provenientes de candidaturas comunitárias, perguntou como se procederá se elas falharem.

Salientou o facto de o Município ter saído do excesso de endividamento, o que entende que é importante.

Referiu que há dados mais quantitativos que não conseguia entender, nomeadamente o aumento significativo da despesa da água, que o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo acabou de explicar. Reparou também no aumento significativo da despesa com limpeza e higiene, o qual não percebeu.

Disse que não tira o mérito das iniciativas do Executivo no que respeita à ação social no Concelho, pois sabe que funciona, apesar de não lhe terem respondido se existe ou não cartão sénior e banco local de voluntariado, porém verificou uma diminuição do investimento nas IPSSs e famílias, pelo que solicitou uma explicação sobre o assunto.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse que, quanto ao orçamento, o Município refere que apesar de ser muito importante a redução do endividamento excessivo, tomou consciência de que as dificuldades de tesouraria subsistem e a dificuldade em cumprir a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso são problemáticos, bem como os fundos disponíveis, o que o leva a referir que não devem entrar em euforia, até porque "Roma e Pavia não se fizeram num dia" e quem "espera sempre alcança", portanto tem que haver algum prudência, e está convicto que vai existir.

Por outro lado, agradeceu a transparência como que lhes foi explicado por parte do Executivo, na pessoa do Senhor Vice-Presidente, o documento em causa, quer no âmbito do estatuto do direito de oposição, quer na Comissão Permanente, uma vez que todos aqueles que estiveram ou quiseram estar presentes ficaram devidamente esclarecidos acerca das ideias e das estratégias a levar a efeito.

Considera que este é um orçamento ambicioso, contudo julga que o Executivo sabe que vai ser difícil ser executado na sua totalidade, estando convicto que se realizará acima dos 60%, o que já terá algum mérito, uma vez que só será conseguido através de projetos financiados pelos fundos comunitários. Considera que isso demonstra que Tarouca tem projetos, crendo que os mesmos estão de acordo com uma visão de melhoria do Concelho em várias vertentes, designadamente, na vertente estrutural, onde destaca o parque ribeirinho de Tarouca, bem como a reabilitação urbana; na vertente ambiental, em todos os seus domínios; na vertente da modernização administrativa e na utilização das tecnologias de informação, que facilitará a vida aos munícipes e promoverá o turismo.

No que respeita ao problema da rede de águas e aquecimento da Escola E.B.2/3-S de Tarouca, entende que devem ser encetados todos os esforços no sentido da reabilitação daquele estabelecimento de ensino. Mas acima de tudo sensibilizar o Governo para a necessidade de intervir no mesmo, pois não se podem conformar com o seu silêncio. Julga que se deveria colocar a seguinte questão "E as crianças, Senhor Primeiro Ministro, porque as tratais assim?!" Entende que a obra em causa tem obrigatoriamente de ser feita, porque se tem de reconhecer que no século XXI não se pode estar a poupar no bem-estar e nos estudos da nossa juventude, porque se o Governo pensa que a educação é dispendiosa, então que aproveite a ignorância e coloque em risco o futuro do País. Por outro lado, se aquelas obras forem executadas a expensas do Município, certamente que outras obras terão de ficar por fazer e comprometerão gravemente a sua tesouraria, bem como os fundos disponíveis, para não falar da assunção de compromissos.

Concluiu referindo que atento ao previsto no orçamento e ao espaço temporal do mesmo, é francamente ambicioso, cuja exequibilidade dependerá ainda de algumas incertezas, mas que mesmo assim vai merecer o seu voto favorável, comprometendo-se a felicitar o Executivo no final do ano se o orçamento for executado em 80%, dependente, no entanto, de as contas continuarem equilibradas e não aumentar o prazo médio de pagamentos aos fornecedores.

- **Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite** - Referiu que, à semelhança do ano anterior, é um orçamento ambicioso, com elementos estruturantes, que fazem parte do projeto do atual Executivo, que já tinha iniciado no anterior mandato, e que mantém, uma vez que tem estado dependente das candidaturas aos fundos comunitários.

Na sua opinião, o documento devia ser elaborado de forma diferente, pois apesar de haver um levantamento das necessidades do Município, que entende que está bem feito, entende que lhe falta alguma objetividade, pois necessitava da definição da relevância, da prioridade e da periodização, assim como de metas e de objetivos, de forma a permitir que no final do ano fosse feita uma avaliação do que foi ou não cumprido e dos respetivos motivos, que possibilitasse a elaboração no ano seguinte de um plano mais adequado.

Disse ainda que desconhece os passos que levaram à execução dos documentos, se foram auditados todos os parceiros sociais, económicos, etc., se foi aplicada a análise SWOT, pois entende que isso permitiria melhorar a sistematização dos problemas e a melhorar a orientação das respetivas soluções.

Concluiu salientando que esta sua observação não é no sentido de criticar os documentos, mas sim no sentido de melhorar a respetiva elaboração.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Disse que a última reunião da Comissão Permanente realizada para apreciar os documentos em discussão foi muito proveitosa, porque não tem a formalidade das sessões deste órgão e permite uma discussão diferente dos documentos, o que foi feito pela primeira vez e foi importante.

Referiu que está no seu terceiro mandato na Assembleia e fica sempre com a sensação de que, apesar de não ser da área, consegue perceber o orçamento, felicitando os Senhores Presidente da Câmara e Vice-Presidente pela clareza da apresentação, porque não transformam o orçamento em algo árido só de números que dificulte a compreensão.

Destacou a preocupação do Executivo com a dualidade obras/ações e simultaneamente com as finanças do Município, não querendo o aumento da dívida.

Considera que, em relação à questão das obras na Escola E.B.2/3-S de Tarouca, tem de se continuar a fazer pressão ao Governo para a realização das mesmas, porque os alunos estão a sujeitar-se a temperaturas muito baixas no inverno nas salas de aula.

Disse que percebeu as preocupações manifestadas pelo membro Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite embora lhe pareça que tenha feito alguma confusão entre o orçamento e os documentos de prestação de contas, porque quando se está dependente de circunstâncias externas, nomeadamente candidaturas, é mais difícil fazer o que sugeriu, o que acontecerá aquando da elaboração dos documentos de prestação de contas.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por se dirigir ao membro Sara Maria Paiva da Guia tendo dito que já não estão em excesso de endividamento, nem querem voltar a estar.

Referiu que o Município paga de juros e amortizações de empréstimos mais de um milhão de euros por ano, cuja verba daria para executar muitas obras. Apesar de se terem conseguido livrar do excesso de endividamento, disse que têm que agir com responsabilidade, sem nunca abusar, porque não querem entrar em desequilíbrio financeiro.

Quanto às obras na escola E.B. 2/3-S disse que têm vindo a fazer as obras de pequena dimensão, contudo as obras maiores, que incluem o aquecimento, orçam em mais de meio milhão de euros, não tendo o Município capacidade financeira para as realizar, por isso já apresentaram essas necessidades à DGEST, estando a aguardar que essa despesa tenha sido incluída no Orçamento de Estado do corrente ano.

Ao membro Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite disse que o orçamento é elaborado para um ano e há situações em que não

sabemos o que vai acontecer, como acontece com as candidaturas aos fundos comunitários.

Passou de seguida a palavra ao **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, que iniciou por explicar que os orçamentos são para um mandato, tendo dado o exemplo de Santa Helena, que já consta do orçamento há cinco anos e só em dois mil e dezanove serão lá feitos gastos, uma vez que as obras têm de estar inscritas no orçamento para ser candidatas.

Explicou que no Plano Plurianual de Investimentos estão inscritas as obras cujas candidaturas estão a decorrer, e outras obras com candidatura aprovadas e ainda outras que ainda não têm qualquer candidatura, por ainda não ter aberto qualquer aviso para o efeito, tendo-as mencionado.

Relativamente ao motivo do aumento da despesa da água, é o mesmo da higiene e segurança tem a ver com a dívida às empresas fornecedoras do bem ou serviço. Quanto à diminuição das despesas às IPSS e famílias têm a ver com verbas que já foram pagas e por isso deixaram de estar em dívida.

Considera importantíssimo que a aplicação do SNC-AP tivesse início, porque isso permitiria uma análise do orçamento muito mais facilitada.

Quanto aos fundos disponíveis negativos, disse que é um problema com que vivem diariamente, não só este Município, mas quase todos do País, porque até maio ou junho conseguem ter fundos disponíveis positivos, mas a partir dessa data têm sempre fundos negativos, o que entende que é um erro claro da legislação.

Ao membro Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite convidou-o a sentar-se e a analisar todos os processos submetidos a candidatura aos fundos comunitários têm definidos a periodização, as metas e os objetivos, senão não seriam aceites. Contudo, no orçamento não é possível chegar a esse pormenor, porque já fazem parte dos processos. Quanto aos parceiros, foram ouvidos o Conselho Local de Ação Social, o Conselho da Juventude, as Juntas de Freguesia e a Comissão Permanente, e outros parceiros que se vão ouvindo continuamente, pois não se faz nenhum orçamento sem ouvir os parceiros estratégicos.

Interveio de seguida o **membro Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite** tendo esclarecido que na sua intervenção não se referia propriamente ao orçamento, mas sim às Grandes Opções do Plano, tendo dado o exemplo da aplicação do método que referiu no apoio às famílias. Acrescentou que já teve oportunidade de ver aplicar esse método noutras Autarquias, com bons resultados. Salientou novamente que fez o alerta no sentido de aprimorar o documento e não como critica.

O **Senhor Presidente da Câmara** em resposta disse que, por exemplo, no apoio às famílias do Concelho, é impossível definir previamente quantas famílias vão ser apoiadas e o

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

tipo de apoio, o que acontece em muitos outros casos e por isso não é possível fazer o que sugeriu.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou os documentos à votação, tendo sido deliberado por unanimidade **aprovar o seguinte:**

- a) o Orçamento Municipal para o ano de dois mil e dezanove e respetivos anexos;
- b) as Grandes Opções do Plano para dois mil e dezanove e respetivos anexos;
- c) o mapa de pessoal para o ano de dois mil e dezanove;
- d) as seguintes medidas para orientar a execução orçamental em 2019, constantes do articulado suprarreferido:

"ARTICULADO CONTENDO AS MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A Lei n° 73/2013, de 03.09, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, fixa no capítulo IV as regras orçamentais, que incluem um novo calendário orçamental e a definição dos elementos do orçamento.

No artigo 46° daquele diploma prevê-se que o orçamento municipal inclui, entre outros, o articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental.

Assim, nos termos da alínea d) do n°1 do artigo 46° da Lei n°73/2013, de 03.09, a Assembleia Municipal aprova, sob proposta da Câmara Municipal de **31.10.2018**, o seguinte:

Artigo 1°

(Objeto)

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n° 1 do artigo 46° da Lei n° 73/2013, de 03.09, são aprovadas as medidas para orientar a execução orçamental o ano **2019**, as quais fazem parte integrante do orçamento municipal.

Artigo 2°

(Saneamento financeiro)

A execução orçamental deve dar cumprimento ao plano de saneamento financeiro em curso, aprovado pelos órgãos municipais em 2017, com as adaptações necessárias, nomeadamente as decorrentes de:

- a) alterações legislativas supervenientes que devam prevalecer sobre o mesmo;
- b) implementação de novas e ou complementares medidas de maximização da receita e de contenção da despesa corrente;
- c) acesso aos fundos comunitários para novos investimentos municipais, desde que não impliquem prejuízo para o cumprimento dos objetivos de redução da dívida total aprovados.

Artigo 3°

(Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação)

1.A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 12° do Decreto-Lei n° 127/2012, de 21.06 e para efeitos de

aplicação da alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21.02 (LCPA), por razões de simplificação e celeridade processual, dá autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira, excluindo os compromissos já autorizados em exercícios anteriores, até aos seguintes montantes máximos:

2020: € 5 378 740,00

2021: € 3 276 841,00 e

2022: € 509 630,00.

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas.

3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

Artigo 4º

(Delegação de competência no Presidente da Câmara)

A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 6º da LCPA, delega no Presidente da Câmara Municipal a competência para assumir compromissos plurianuais, nos casos em que o respetivo valor seja inferior a € 99 759,58.

Artigo 5º

(Atualização da tabela de taxas municipais)

Ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 9º da Lei nº 53-E/2006, de 29.12, a Tabela de Taxas Municipais, publicada no Diário da República, 2ª série, nº135, de 14.07.2010, é atualizada, em 2019, em 1,4%, de acordo com a projeção da taxa de inflação indicada no Relatório da Proposta do Orçamento do Estado para o próximo ano.

Artigo 6º

(Autorização genérica com limites à concessão de isenções e reduções fiscais)

1. Para efeitos do disposto no nº2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 03.09, é autorizada a concessão de isenções e reduções de taxas municipais, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Municipais, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 135, de 14.07.2010, até aos seguintes montantes:

a) Serviços, atividades e licenciamentos diversos: € 1 000;

b) Edificação e urbanização: € 12 500,00;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

c) Utilização, aproveitamento e ocupação de espaços e bens do domínio público e privado municipal: € 40 000,00.

2. Os montantes fixados no número anterior resultam do cálculo efetuado pelos serviços municipais, com base nas isenções e reduções concedidas em 2018 e nas previstas para 2019.

3. A atribuição das isenções e reduções fiscais deve ser precedida de prévio enquadramento nas normas do regulamento municipal e visam:

a) incentivar a fixação de famílias no concelho, em especial nas zonas históricas;

b) apoiar as famílias com menores recursos financeiros;

b) incentivar a fixação de empresas e os pequenos produtores agrícolas;

c) incentivar a prática desportiva e a utilização dos equipamentos de utilização coletiva existentes, por municípios de todos os escalões etários;

d) incentivar a realização de eventos culturais, desportivos ou outros, com interesse para a população local e que contribuam para a dinamização e divulgação das potencialidades do concelho;

e) apoiar instituições particulares de solidariedade social e outras entidades, na realização de atividades de natureza social, educativa, cultural ou desportiva, com interesse para a população local.

Artigo 6º**(Administração direta)**

Ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 18º do Decreto-lei nº 197/99, de 08.06 é autorizada a execução por administração direta de obras constantes do Plano Plurianual de Investimentos para 2019, até ao valor de € 250 000,00, por cada uma.

Artigo 7º**(Abertura de procedimentos de contratação pública com encargos em mais de um ano económico)**

É autorizada a abertura de procedimentos de contratação pública relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, quando:

a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; ou

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos, nos termos previstos no artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08.06.

Artigo 8º**(Taxa Municipal de Direitos de Passagem)**

É aprovada a cobrança da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), prevista na alínea b) do n° 2 do artigo 106° da Lei n° 5/2004, de 10.02, alterada pela Lei n° 82-B/2014, de 31.12 e pela Lei n° 127/2015, de 03.09, para vigorar em 2019, a qual será determinada com base na aplicação do percentual de 0,25% sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrônicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais da área do Município de Tarouca.

Artigo 9°

(Implementação da norma de controlo interno)

Os serviços municipais procedem, em 2019, à implementação do regulamento do controlo interno."

Nesta altura da reunião, pelas dezassete horas e cinquenta minutos foi feito um intervalo.

Foram retomados os trabalhos pelas dezoito horas, com a presença dos mesmos membros, com exceção do membro Manuel do Carmo Ferreira.

PONTO DOIS - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE € 400.000,00, NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO PARA 2019

Presente o pedido de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo no período de vigência do orçamento de 2019, em regime de conta-corrente, para ocorrer a dificuldades de tesouraria (n°2 do artigo 49° da Lei n° 73/2013, de 03.09), até ao montante de € 400.000,00, aprovado em reunião da Câmara Municipal de 29 de novembro de 2018, acompanhado do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, da única proposta recebida e da informação da Divisão Administrativa e Financeira, o qual foi enviado antecipadamente a todos os membros e que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE DE € 400.000,00, NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2019, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, APENAS PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA

PROPOSTA

De acordo com a lei do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios podem contrair empréstimos de curto prazo, com prazo de maturidade até um ano, podendo a respetiva aprovação ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento (n°2 do artigo 49° e n°2 do artigo 50° da Lei n° 73/2013, de 03.09).

O pedido de autorização é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

endividamento do município (nº5 do artigo 49º e 2 do artigo 50º).

Em cumprimento das citadas disposições legais foi solicitada a apresentação de propostas a três instituições bancárias, das quais apenas uma respondeu.

Analizada a mesma, nos termos constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de 26 de novembro corrente, que aqui se dá por integralmente reproduzida,

proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, **delibere solicitar à Assembleia Municipal autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma, para contratar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), a utilizar durante o ano de 2019, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas Euribor a 6 meses, apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início do período de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida do spread de 1,10%, sendo que, em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior ao "spread" e nas demais condições constantes da sua proposta.**

Cumprimento do limite da dívida total, previsto no artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 02.09: de acordo com o nº1 do artigo 50º do referido diploma, o empréstimo de curto prazo deve ser amortizado até ao final do exercício económico de 2019 e, por consequência, não gerará aumento da dívida total de operações orçamentais do município.

Junta-se em anexo mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Anexos:

a) 1 proposta recebida (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro, CRL); 1 resposta da Caixa Geral de Depósitos e cópia dos ofícios convite enviados a três entidades bancárias;

b) informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira;

c) mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Paços do Município, 27 de novembro de 2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que este empréstimo, a exemplo do que tem sido habitual, se destina a fazer face a situações pontuais de dificuldades de tesouraria.

Intervenção de seguida o membro Carlos Alberto Moura Cabral tendo manifestado a sua preocupação com o facto de apenas uma Instituição bancária ter respondido ao pedido de propostas para o empréstimo. Por outro lado, considera o *spread* apresentado razoável, para além da isenção de comissões, pelo que irá votar a favor.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a contratação com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, de um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), a utilizar durante o ano de dois mil e dezanove, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas Euribor a seis meses, apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início do período de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida do *spread* de 1,10% (um vírgula dez por cento), sendo que, em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior ao "spread" e nas demais condições constantes da sua proposta.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO TRÊS - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS, RESPEITANTE AO ANO DE 2018 A LIQUIDAR EM 2019, E REDUÇÃO DESTA TAXA NOS CASOS DE PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO

Presente a proposta de fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de dois mil e dezoito a liquidar em dois mil e dezanove, e a respetiva redução a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, a qual foi aprovada em reunião da Câmara Municipal de trinta e um de outubro de dois mil e dezoito, e enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, e que a seguir se transcreve:

"FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS, RESPEITANTE AO ANO DE 2018 A LIQUIDAR EM 2019, E REDUÇÃO DESTA TAXA NOS CASOS DE PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

(alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09 e n.º 5 do artigo 112.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 112.º-A do CIMI)

PROPOSTA

A fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que incide sobre os prédios urbanos deve ser objeto de deliberação anual da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

De acordo com o n.º 1 do artigo 112.º do respetivo Código (CIMI), aprovado pelo Decreto - Lei n.º 287/2003, de 12.11, as taxas são as seguintes:

- . prédios rústicos: 0,8%;
- . prédios urbanos: de 0,3% a 0,45%.

(redação atual do n.º 1 do artigo 112.º, dada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março).

Por outro lado, a referida Lei n.º 7-A/2016, de 30.03 aditou ao Código o IMI o artigo 112.º-A, que prevê no n.º 1 a possibilidade de os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixarem uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar.

Assim, considerando que:

1. Em 2012, foi efetuada a Avaliação Geral dos Prédios Urbanos que teve como consequência o aumento generalizado do valor patrimonial dos prédios urbanos.

2. Impõe-se aos municípios do interior, como é o caso de Tarouca, a criação de condições para fixar famílias e empresas, através da aplicação de medidas que se traduzam numa vantagem competitiva em relação aos municípios do litoral.

3. O montante do imposto a pagar, em especial, pela habitação própria ou pelos estabelecimentos produtivos constituiu um fator decisivo para o desenvolvimento local.

4. As razões de justiça, equidade e de incentivo subjacentes à decisão, tomada em anos anteriores, de manter a taxa do IMI a aplicar aos prédios urbanos.

5. A redução da taxa de IMI incidente sobre prédios urbanos, atendendo ao número de dependentes a cargo do sujeito passivo do imposto, referente a imóvel destinado a habitação própria e permanente, não tem impacto significativo nas contas do Município.

6. Pelo contrário, aquela medida terá efeitos positivos no rendimento disponível de cada família, em especial daquelas com maior número de dependentes, contribuindo para a fixação

de novos agregados familiares no concelho e constituindo um importante incentivo à natalidade,

PROPONHO a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, propor à Assembleia Municipal, que no uso da competência prevista na alínea d) do n° 1 do artigo 25° do mesmo diploma, decida o seguinte:

a) nos termos do n°5 do artigo 112° do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixe a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2018 a liquidar em 2019: 0,3%.

b) nos termos dos n°s 1 e 2 do artigo 112°-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei n° 7-A/2016, de 30.03, fixe a seguinte redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2018 a liquidar em 2019, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Paços do Município, 23 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que foi mantido o valor da taxa, assim como o montante das deduções.

Intervieram os seguintes membros:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Congratulou-se com a decisão do Executivo por ser boa para os Municípios de Tarouca, porque se optou pela aplicação da taxa mínima e pelas deduções, o que é de louvar, tendo em conta os poucos recursos financeiros da Autarquia.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que é de louvar o esforço do Executivo por propor a taxa mínima, tendo em conta as dificuldades de tesouraria do Município, a ainda o valor das isenções automáticas do IMI aos emigrantes, que representou também uma quebra de receita para o Município.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu aos membros que intervieram pelo reconhecimento do esforço que o Executivo faz com o objetivo de ajudar os Municípios.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade o seguinte:

a) Fixar, nos termos do nº5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2018 a liquidar em 2019: 0,3%.

b) Fixar, nos termos dos nºs 1 e 2 do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei nº 7-A/2016, de 30.03, a seguinte redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2018 a liquidar em 2019, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO QUATRO - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2018

Presente a proposta de 2ª revisão ao orçamento e ao plano de atividades municipais e a 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2018, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de 29 de novembro de 2018, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

"2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS e 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2018

PROPOSTA

Verificando-se a necessidade, superveniente à aprovação do orçamento para o ano 2018, de criar a rubrica da receita * 150101 - "Reposições não abatidas nos pagamentos", em virtude de se prever a arrecadação da mesma no corrente ano, e de criar uma ação não prevista no projeto nº 78/2018 do Plano de Atividades Municipais:

Proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, submeter à

aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n° 1 do artigo 25° do referido diploma, a seguinte proposta de revisão ao Orçamento e ao Plano de Atividades Municipais para o ano **2018**, cujos mapas se anexam:

- * 2ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/ reforços no montante de € 24 100, na referida rubrica 150101 e diminuições no mesmo montante na rubrica 10030199;

- * 2ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços e diminuições no montante de € 2 000;

- * 2ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, com a inclusão da ação associada à rubrica "020225", no projeto 78/2018- "Atividades", função 2.4.2. Turismo, no valor de € 2 000 e diminuições no mesmo valor.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.1 a 8.3.1.4. e 8.3.2.2. do POCAL.

Tarouca, 09.02.2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que esta revisão decorre do atraso dos fundos comunitários para as obras candidatas e ainda do acordo que estava previsto celebrar com as Águas do Norte e que ainda não aconteceu, mas que talvez seja celebrado em breve.

Disse ainda que, por outro lado, foi feita esta revisão porque a lei refere que a execução do orçamento deve ser igual ou superior a oitenta e cinco por cento, e apesar de não ter qualquer penalização financeira, quisemos dar um sinal de que se pretendia chegar a essa execução, apesar de não se ter atingido esse objetivo.

Interveio o membro Carlos Alberto Moura Cabral tendo dito que esta revisão apesar de melhorar um pouco a execução do orçamento não chega aos oitenta e cinco por cento, mas que perante a transparência da explicação vai votar favoravelmente.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar os seguintes documentos:

- * * 2ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/ reforços no montante de € 24.100 (vinte e quatro mil e cem euros), na referida rubrica 150101 e diminuições no mesmo montante na rubrica 10030199;

- * 2ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços e diminuições no montante de € 2 000 (dois mil euros);

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

* 2ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, com a inclusão da ação associada à rubrica "020225", no projeto 78/2018- "Atividades", função 2.4.2. Turismo, no valor de € 2 000 (dois mil euros) e diminuições no mesmo valor.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO CINCO - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELEGAÇÃO NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO (CIMDOURO) DAS COMPETÊNCIAS DESTES MUNICÍPIO DE AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E DA MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR

Presente a proposta de delegação na Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) das competências deste Município de autoridade municipal de transportes e da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, aprovadas pela Câmara Municipal em sua reunião de dezassete de setembro de dois mil e dezoito, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DELEGAÇÃO NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO (CIMDOURO) DAS COMPETÊNCIAS DE AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO RESPECTIVO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

PROPOSTA

O Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, veio reiterar a natureza genérica e abrangente das atribuições autárquicas, sendo que todas as matérias que respeitem à promoção e à salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações devem ser assumidas como uma obrigação prestacional, de fomento ou de qualquer outra feição, a cargo das autarquias locais.

O mesmo enquadramento normativo veio consagrar igualmente a possibilidade da celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências entre os diversos entes autárquicos e entre estes e o Estado ou outras entidades de direito público, prevendo expressamente a delegação de competências dos Municípios nas Entidades Intermunicipais (artigos 128º e seguintes do RJAL).

A Lei n° 52/2015, de 9 de junho, aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (RJSPTP), que representa uma profunda alteração do modelo institucional de planeamento e gestão do serviço público de transporte de passageiros e do quadro legal de organização do respetivo mercado, em Portugal.

Nos termos do artigo 6º do RJSPTP, os municípios são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais, sendo, nos termos do artigo 7º do mesmo RJSPTP, as Comunidades Intermunicipais as autoridades de transportes competentes

quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais que se desenvolvam integral ou maioritariamente na respetiva área geográfica.

Nos termos do artigo 10º do já referido RJSPTP, as autoridades de transportes podem delegar, designadamente através de contratos interadministrativos, total ou parcialmente, as respetivas competências noutras autoridades de transportes.

Neste contexto, e considerando a coesão territorial que sempre decorre da integração dos sistemas de transporte de passageiros a uma escala intermunicipal, com a consequente melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e da racionalização de meios e recursos, com a adoção de uma gestão eficaz e sustentável das diversas linhas de serviço público que servem os utentes no território do Douro, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal, delibere no uso da competência prevista no artigo 32º e na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, solicitar à Assembleia Municipal que, no uso da competência prevista na alínea k) do nº1 do artigo 25º do referido diploma, autorize, ao abrigo do disposto nos artigos 116º a 123º e 128º a 130º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09 e artigos 6º e 10º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei 52/2015, de 9 de junho, a delegação na Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) das competências deste Município de autoridade municipal de transportes e, para o efeito, aprove a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, em anexo à presente proposta.

Tarouca, 14.09.2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que, com esta delegação de competências, terão duas situações de transportes: os transportes escolares que continuarão da responsabilidade do Município e os transportes públicos que serão geridos pela CIMDOURO, se esta concordar com o circuito que for proposto pelo Município, pois se não aceitar não será assinado o contrato.

Intervieram os seguintes membros:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse que, para votarem em consciência a proposta, deveriam ter conhecimento dos trajetos de transportes públicos que vão ser propostos.

- **Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite** - Disse que esta delegação de competências faz sentido, porque é uma mais-valia para o Concelho, que estejam assegurados os transportes públicos. Disse ainda que também gostaria de



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fl.

060

2018.12.10

conhecer os circuitos que estão a pensar propor, contudo julga que a Câmara Municipal saberá salvaguardar os interesses dos Municípes.

Interveio o **Senhor Presidente da Câmara** tendo explicado que mesmo que a Assembleia Municipal autorize a delegação, o Executivo não fica obrigado a assinar o contrato.

Interveio novamente o **membro Carlos Alberto Moura Cabral** tendo dito que perante esta última explicação vai dar um voto de confiança ao Executivo, para que proceda da melhor forma e defenda os interesses da população.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar, ao abrigo do disposto nos artigos 116º a 123º e 128º a 130º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09 e artigos 6º e 10º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei 52/2015, de 9 de junho, o seguinte:

a) Delegar na Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) as competências deste Município de autoridade municipal de transportes;

b) Aprovar a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, em anexo à presente proposta.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO SEIS - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE AO CUMPRIMENTO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 15.12.2017, SOBRE OS APOIOS CONCEDIDOS ÀS FREGUESIAS, NO QUADRO DE PROMOÇÃO E SALVAGUARDA ARTICULADA DOS INTERESSES PRÓPRIOS DAS POPULAÇÕES - PERÍODO 1/01/2018 A 26/11/2018

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de 29 de novembro de 2018, respeitante ao cumprimento da deliberação da Assembleia Municipal de 15.12.2017, sobre os apoios concedidos às Freguesias, no quadro de promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações - período 1/01/2018 a 26/11/2018, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação.

"Informação no cumprimento da deliberação da Assembleia Municipal de 15.12.2017, sobre os apoios concedidos às Freguesias, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:

Período de 01.01.2018 a 26.11.2018

❖ Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares

1. Total: € 695,53

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão-de-obra e máquinas) para a obra de beneficiação dos tanques públicos, em Arguedeira.

2. Total: € 8.098,67

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas) para a construção da capela Mortuária de Valverde - Tarouca.

3. Total: € 125,47

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas) para a manutenção do regadio da Ramada em Valverde.

❖ **Junta de Freguesia da União das Freguesias de Gouveães e Ucanha**

Total: € 5.833,12

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas), para a beneficiação do edifício destinado à Casa-Memória José Leite Vasconcelos - Ucanha.

❖ **Junta de Freguesia da Freguesia de Mondim da Beira**

1. Total: € 86,71

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas), para a manutenção da Praia Fluvial de Mondim da Beira;

2. Total: € 136,66

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas), para a manutenção do regadio da Capela em Mondim de Cima;

3. Total: € 25,09

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas), para a manutenção do regadio do Farnel em Mondim da beira;

❖ **Junta de Freguesia da Freguesia de Salzedas**

Total: € 85,79

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas), para a manutenção do regadio do Funchal em Meixedo - Salzedas;

❖ **Junta de Freguesia da União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira**

Total: € 3.259,78

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas) para a construção da Capela Mortuária de Vila Chã da Beira.

❖ **Junta de Freguesia da S. João de Tarouca**

1. Total: € 804,13

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas) para a beneficiação da Capela Mortuária de Vilarinho.

2. Total: € 452,34

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas) para a beneficiação do regadio em Vilarinho.

Tarouca, 26 de novembro de 2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Interveio o membro Rui Fernando Guedes Raimundo tendo dito que as Juntas de Freguesia só conseguem fazer as pequenas obras graças à excelente parceria que existe com o Executivo, a quem agradeceu a colaboração.

A propósito, lembrou que as Freguesias não têm capacidade em termos humanos e técnicos para dar resposta às delegações de competência previstas na nova Lei de transferência de competências.

Foi apreciada e tomado conhecimento da presente informação.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO SETE - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE AOS COMPROMISSOS COM ENCARGOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS NO PERÍODO DE 13/09/2018 A 27/11/2018

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de vinte e nove de novembro corrente, respeitante aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação da Assembleia Municipal datada de 15.12.2017, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018, reportada ao período de 13/09/2018 a 27/11/2018, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

**"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO
INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 13.09.2018 a 27.11.2018**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 15.12.2017, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018, junto se anexa a respetiva lista, até 27.11.2018, cujos valores são os seguintes:

Período de 13.09.2018 a 27.11.2018

Ano	Valor do Período	Valor Acumulado desde 2018.01.01
2019	238 697,88 €	1 917 867,57€
2020	65 063,95 €	516 698,64 €
2021	52 037,11 €	373 013,60 €
2022	0,00 €	13 670,13 €
2023	0,00 €	10 648,41 €
2024	0,00 €	150 722,15 €
Total	355 798,94 €	2 982 620,50 €

Paços do Município, 27.11.2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Não houve intervenções.

Foi apreciada e tomado conhecimento da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de treze de setembro a vinte e sete de novembro de dois mil e dezoito.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPETIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n.º 2 art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09), a qual será arquivada sob o número treze, do maço de documentos número um do livro de atas número doze.

Intervieram os seguintes membros:

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Relativamente à área social salientou a excelente articulação que tem

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018.12.10

existido entre o Município e as IPSS's, designadamente, com a Santa Casa da Misericórdia, e ainda com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, o que tem permitido a resolução satisfatória de todas situações que têm surgido, apesar de tudo ser feito de uma forma discreta.

Referiu que a questão da deficiência passa muitas vezes despercebida a muitas pessoas, tendo salientado o sarau realizado no corrente mês, que teve uma grande participação tendo corrido muito bem.

Considera que Tarouca está no bom caminho, porque estão todos a remar no mesmo sentido.

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara a parceria com as Juntas de Freguesia, em especial, a celebração do protocolo de colaboração para a construção da Casa Mortuária de Vila Chã da Beira, cujas obras estão a decorrer.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Salientou a iniciativa "Tarouca é Natal", particularmente, a iluminação natalícia, que está muito interessante. Concluiu desejando Feliz Natal para todos os presentes, repleto de realizações.

Intervenção de seguida o Senhor Presidente da Câmara tendo iniciado por salientar que na área social pretendem continuar a resolver as situações, sem grandes alaridos.

Quanto às parcerias com as Freguesias, disse que as mesmas vão continuar, porque é o mais importante que se pode fazer para resolver os problemas do Concelho.

Manifestou o seu agrado com a compreensão que os Senhores Presidentes de Junta têm tido, em relação à definição da prioridade dos trabalhos que vão sendo executados.

Concluiu desejando a todos que este Natal seja de muita amizade e de preservação de valores.

Foi tomado conhecimento da presente informação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal desejou a todos os membros da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal e a todos os cidadãos um Santo e Feliz Natal e um Bom Ano Novo.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Jane Florio Guoro Borges*, Técnica Superior, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'J. Florio Guoro Borges', written over the text of the President of the Municipal Assembly.